

Impacto do PL 1.087/2025 para as finanças municipais após compensações

A Confederação Nacional de Municípios (CNM), em atuação para a defesa dos Municípios, vem acompanhando a tramitação e os potenciais impactos financeiros da isenção do Imposto de Renda (IR) para indivíduos com rendas tributáveis de até R\$ 5 mil e a aplicação de descontos especiais para rendimentos compreendidos entre R\$ 5 mil e R\$ 7 mil.

As estimativas iniciais da Confederação, calculadas na prévia do anúncio pelo Ministério da Fazenda e publicadas no estudo [Estimativa de impacto da isenção do IR em R\\$ 5 mil para os Municípios](#), apontaram para uma perda potencial de R\$ 11,8 bilhões ao ano para os cofres municipais, divididas entre a perda de arrecadação própria retida na fonte dos Municípios de seu funcionalismo, de R\$ 4,9 bilhões, e a redução do FPM, estimada na ocasião em R\$ 6,9 bilhões.

Em função da comunicação truncada pelo governo, vide a informação em coletiva que a perda estimada do IR só [incluía a esfera federal](#), quando na verdade o impacto seria global, a CNM realizou nova estimativa para avaliar os impactos sobre o FPM. De acordo com os dados recentes estimados pela entidade, desconsiderando as compensações que ainda serão discutidas no Congresso Nacional, o **novo impacto alcançaria uma perda anual de R\$ 9,5 bilhões aos cofres municipais, distribuída entre R\$ 4,9 bilhões de perda da arrecadação própria e R\$ 4,6 bilhões de FPM**. Esse impacto alcançaria todos os Municípios do país, fragilizando uma posição fiscal que já se encontra em situação delicada (Tabela 1)

Tabela 1 – Perdas do IR estimadas antes das compensações

UF	Perda anual por FPM	Perda anual por arrecadação própria	Perda antes da compensação	UF	Perda anual por FPM	Perda anual por arrecadação própria	Perda antes da compensação
AC	24.928.825	24.148.080	49.076.905	PB	151.643.569	105.590.818	257.234.387
AL	105.104.960	76.555.669	181.660.629	PE	229.414.967	180.590.899	410.005.866
AM	83.992.899	76.528.519	160.521.418	PI	123.020.769	59.512.836	182.533.606
AP	18.373.385	8.964.457	27.337.843	PR	314.887.454	353.816.072	668.703.525
BA	423.397.732	311.136.225	734.533.956	RJ	136.505.104	343.445.804	479.950.908
CE	229.644.381	188.627.867	418.272.248	RN	114.489.857	75.474.764	189.964.621
DF	8.001.104	11.880	8.012.984	RO	39.476.732	49.096.842	88.573.574
ES	82.216.609	106.022.454	188.239.063	RR	23.408.972	18.746.596	42.155.568
GO	170.240.674	153.519.632	323.760.306	RS	310.539.045	295.989.051	606.528.097
MA	193.441.103	202.854.395	396.295.498	SC	181.168.051	249.895.086	431.063.137
MG	607.218.334	543.703.764	1.150.922.098	SE	70.920.801	44.381.458	115.302.259
MS	67.118.254	118.238.898	185.357.151	SP	614.588.025	964.537.594	1.579.125.619
MT	83.387.956	112.420.416	195.808.373	TO	62.478.654	49.515.387	111.994.041
PA	163.030.834	197.812.005	360.842.839	BR	4.632.639.050	4.911.137.469	9.543.776.519

Fonte: RAIS e MF. Elaboração: CNM

A CNM também realizou estimativa inicial considerando o impacto líquido da medida, admitindo-se que todas as compensações, estimadas pela União em R\$ 34,12 bilhões, sejam concretizadas em receitas que, por sua vez, serão distribuídas via FPM. Esses recursos seriam oriundos do IRPFM (imposto de renda mínimo para altas rendas) e a tributação de dividendos. No cenário mencionado, os efeitos estimados pela CNM estão alinhados com as projeções da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (CONOF), conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Síntese dos resultados de simulação de perdas do IR

Cenário	CNM Cenário 1*	CNM Cenário 2**	CONOF
Perda de arrecadação própria	-4.911.137.469	-5.692.230.382	-5.485.111.026
Perda de FPM	-4.632.639.050	-4.148.881.904	-3.837.313.630
Compensação	8.700.600.000	8.700.600.000	8.313.000.000
Municípios abaixo de 50 mil habitantes que perderão	1.205	1.270	639
Municípios entre 50 mil habitantes e 300 mil habitantes que perderão	450	423	403
Municípios acima de 300 mil habitantes que perderão	82	77	86

* O cenário 1 considera o crescimento de 20% da RAIS 2022

** O cenário 2 considera o crescimento de 20% da RAIS 2022 com correção do IRPF Trabalho de 2023

Fonte: CNM e CONOF. Elaboração: CNM

Duas informações causam especial preocupação para a CNM no momento. Primeiramente, que embora a medida não apresente neutralidade nas estimativas divulgadas (uma perda de R\$ 25,4 bilhões contra uma compensação de R\$ 34,1 bilhões), os Municípios, continuarão a perder recursos. E em segundo lugar, que essa perda é generalizada entre todos os portes populacionais e Unidades Federadas. A CNM estima que mais de 1,7 mil Municípios perderão recursos financeiros, dos quais mais de 1,2 mil são aqueles com população inferior a 50 mil habitantes.

Logo, diferente de análises simplificadas que apresentaram supostos ganhos de Municípios de pequeno porte e perda de grandes Municípios, a CNM aponta que o cenário de perda se estenderá independente dos portes populacionais.

A CNM, enquanto entidade de representação de 5,2 mil Municípios do país, defende a criação de um **mecanismo que compense a todos os Municípios** que venham a registrar perdas financeiras entre a soma de arrecadação própria e os repasses do FPM contra os repasses do FPM pós compensações.